

## A divisão territorial no Mato Grosso do Sul e a construção de muitas infâncias

*The distribution of land in the Mato Grosso do Sul  
and the construction of many childhoods*

---

**Giana Amaral Yamin**

é Professora-pesquisadora da  
Universidade Estadual de  
Mato Grosso do Sul (UEMS)

**Roseli Rodrigues de Mello**

é Professora Pesquisadora da  
Universidade Federal de  
São Carlos (UFSCAR)

O presente artigo é resultante de estudos que investigam as condições de vida nos espaços de reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>. Discute como as características latifundiárias do referido estado, delineadas desde o período colônia brasileiro, delinearam a construção histórica de *infâncias* de diferentes *crianças*: das indígenas, das paraguaias, das carvoeiras, das erveiras e das sem-terra, favorecendo à compreensão das condições de existência dos meninos e das meninas que residem atualmente nos assentamentos.

Muitos autores denunciam as dificuldades das famílias rurais para sobreviver em uma terra de trabalho que, concentrada nas mãos de latifundiários, foi transformada em terra de negócio<sup>2</sup>. Embora tenham sido assentadas, elas enfrentam problemas que interferem diretamente na vida de seus filhos e filhas. Essa contingência demandou uma discussão acerca das relações existen-

---

<sup>1</sup> *Crianças com-terra: (re) construção de sentidos da infância na reforma agrária* (FUNDECT, 2006), *Assentamentos rurais no sul de Mato Grosso do Sul: um estudo das mudanças no meio rural* (FUNDECT, CNPq, em andamento) e *Vidas de crianças em espaços de reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul* (FUNDECT, em andamento).

<sup>2</sup> Consultar Souza (1992) (Silva, 2004) (Borges, 2002), Martins (1991) e Almeida (2003), entre outros.

tes entre suas condições de vida e o processo da formação de um estado, cujas áreas particulares delinham-se com proporções superiores às da média nacional.

O conceito de *infância* que subsidia esta discussão está ligado a uma categoria, relacionado às condições sociais diversas vividas por cada sujeito. Seu significado é incompatível com a definição que apresenta essa fase como uma "(...) etapa da vida, compreendida dentro de certas balizas de natureza etária (...), da infância perspectivada como conjunto social de características heterogêneas" (PINTO, 1997, p. 63).

Existem construções de *infância* particulares para os diversos tempos/espacos. Essa fase da vida humana se desenvolve de forma única em cada cultura, família e experiência social/econômica/ política dos sujeitos, em cada tempo histórico. Nesse raciocínio, nos espaços do campo existe uma estrutura econômica social e política que abrange várias infâncias. Algumas crianças com-terra, especificamente, antes de chegarem aos assentamentos, viveram experiências de vida como sujeitos sem-terra. Nos dois casos, participam da vida adulta para manter a sobrevivência familiar. Essa realidade recebe interferências diretas de interesses de poder.

Por tudo isso, é importante que discutamos a variabilidade das *infâncias rurais* como categoria macro-mundo (QVORTRUP, 2005) no momento histórico atual considerando que as crianças que moram no campo têm particularidades quando comparados com meninos e meninas oriundas de outras instâncias, como por exemplo, as infâncias dos filhos de proprietários de terras.

No caso das crianças sul-mato-grossenses que residem nos assentamentos rurais, elas têm sua qualidade de vida condicionada por decisões históricas passadas e atuais - como as intenções da modernização do campo brasileiro, a decadência da agricultura familiar, a destruição do meio ambiente, a proliferação da injustiça e os interesses dos detentores de terras, as políticas públicas brasileiras. Tais fatores empurraram seus pais à busca de soluções paliativas de sobrevivência, obrigando-os a manter relações trabalhistas de submissão. Essa "contingência" é incompreendida pela sociedade, que as responsabiliza pelos seus problemas sociais/econômicos, comparando sua constituição aos moldes dominantes.

## A construção social das infâncias de crianças indígenas

Desde o período da colonização, o processo de concentração de terras vem alterando as condições das *infâncias* vividas pelas crianças indígenas do nosso país<sup>3</sup>. No início do século XVI, os colonizadores europeus desintegraram sua cultura e as inseriram como fonte de mão-de-obra compulsória. No século XVII, muitas crianças guaranis foram assassinadas e escravizadas nos engenhos do Nordeste. Esse modelo de “crescimento” foi incorporado gradualmente ao antigo estado do Mato Grosso<sup>4</sup>, emergindo tempos de *infâncias* com realidades sociais específicas.

A disputa territorial pelas férteis áreas mato-grossenses ignorou a presença das inúmeras tribos indígenas que nelas viviam. Ela foi alvo de vários interesses, inicialmente manifestados por Portugal e Espanha, depois por outras expedições. Mais tarde, foi disputada por paraguaios (1865-1870) interessados em obter um controle fluvial e territorial que exportasse suas mercadorias. Evidenciaram-se, durante esse período, as primeiras tentativas de apropriação ilegal das suas terras (FABRINI, 1996).

A partir dos anos de 1940, a vida das populações indígenas do estado Mato Grosso continuou a ser afetada pela chegada de migrantes, movidos pela proposta do Projeto *Marcha para o Oeste*, que os encorajava à ocupação de seus “espaços vazios”, especialmente, por meio da formação da *Colônia Agrícola Nacional de Dourados*. Em 1945, almejando amenizar a pressão popular e impulsionar o capitalismo no campo, a doação de 1.200 hectares das terras *Kaiowás* concentrou a tribo em restritas áreas demarcadas para ser preparada “à integração nacional<sup>5</sup>”. Essa lógica transformou a fonte de sobrevivência (terra) de crianças

---

<sup>3</sup> Nessa trajetória da colonização, muitos fatores contribuíram para instaurar a distribuição desigual das terras brasileiras: a concessão de áreas a desbravadores que supririam o mercado internacional monocultor; a proibição da fragmentação das propriedades; a vinculação do número de escravos que o interessado possuía ao tamanho da doação; às demarcações ilegais; ao sistema das Sesmarias e à Lei das Terras. Em momento histórico posterior, a abolição da escravatura fortaleceu a transformação da terra de trabalho em mercadoria, explorando trabalhadores imigrantes (MARTINS, 2002).

<sup>4</sup> O Estado do Mato Grosso foi dividido no ano de 1977.

<sup>5</sup> Essa situação desencadeou um movimento de resistência indígena que somente foi legalmente concluído no ano de 1995, com a demarcação da área. O processo judicial tramitou até 2004.

indígenas e de suas famílias em mercadoria e em produtora de mercadoria e as expulsou por apresentarem “vocaçãõ” incompatível com os lucros almejados (BORGES, 1997).

O processo de povoamento, somado a outros fatores<sup>6</sup>, deixou seqüelas nas condições objetivas da vida das *crianças* indígenas. Entre elas, Xehitã-há, da tribo Oiafé, 04 anos de idade, foi impedido de crescer junto a um povo “(...) sossegado, porque tinha muita caça, pesca e mel. Não tinha nenhuma doença” (DUTRA, 1996, p. 33). A partir do contato com o homem explorador, seu cotidiano foi tomado pelas conseqüências da expulsão e do medo. Seus hábitos e sua rotina foram interrompidos quando sua terra foi ‘cedida’ à criação do gado do fazendeiro e quando a construção da casa do homem branco destruiu o cemitério de seu povo. Apavorado, Xehitã-há viu outros indiozinhos serem devorados por urubus ao esconderem-se apavoradas nas matas.

Nesse cotidiano, algumas crianças foram trocadas por alimentos. Meninas menores de 14 anos de idade se submeteram a prostituição com receio de serem executadas. Filhos e filhas indígenas sofreram as conseqüências do consumo de álcool dos pais, inconformados com a escravidão nas fazendas. O irmão de Xehitã-há foi baleado na propriedade do fazendeiro

[...] depois de matarem as pessoas adultas, partiam para as crianças que eram jogadas para cima e aparadas com a espada. Duas meninas que tentaram fugir foram apanhadas e amarradas numa árvore e em seguida foram degoladas (DUTRA, 1996, p. 35).

Da mesma forma, a expropriação interrompeu a relação social que os Kadiwéus estabeleciam com a natureza. Expulsos da terra, meninos e meninas foram impedidos de vivenciar sua cultura: brincar com *Jivebebaga* e com *chimbuva* (bonecos de madeira), participar das *Festas da Moça* (comemoração da chegada do ciclo menstrual) e de viver os rituais que definiriam o multiplicador das tradições (GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, 1996).

Todo esse desenraizamento (re) construiu diferentes aspectos nas vidas das *crianças*, que se mantiveram por várias gerações. Atualmente, no Estado do Mato Grosso do Sul, a sobrevivência das tribos indígenas é preocupante. Sua

---

<sup>6</sup> A disputa pelo domínio de poder entre os fazendeiros, a rivalidade entre as regiões sul e norte, o suborno a agrimensores; a venda de grandes áreas pela escassez de recursos e a fracassada política para formação de pequenas propriedades.

pobreza, a destruição dos costumes e os altos índices de mortes infantis também são conseqüências da privação da terra de trabalho que lhes foi imposta historicamente. A carência econômica das etnias, gerada pela escassa produção agrícola das restritas áreas demarcadas, impulsionou para a construção de um processo de resistência de permanência na terra natal. Em alguns bairros, diariamente, os cidadãos não índios “recebem” (ou ignoram) as solicitações de meninos e meninas sobre a possibilidade da doação de “um pão velho”, de “uma roupa usada” ou de “qualquer coisa”.

Avaliada pela sociedade como um ato da mendicância, essa coleta de alimentos é uma estratégia que lhes permite enfrentar a precariedade da vida e de se aproximar dos “costumes brancos”. A ação coletiva descrita, que envolve *crianças* e mulheres, não pode ser interpretada como “aversão ao trabalho”, mas como a procura de ajustamento ao mundo. Como conseqüência, a submissão desses povos ao sistema de produção capitalista denota sua escravização “(...), sua sujeição debaixo de condições escrochantes, a desintegração da vida tribal, a desmoralização e o desaparecimento” (FREIRE, 1980, p. 209).

Entre os problemas enfrentados pelas *crianças* indígenas sul-mato-grossenses destaca-se a desnutrição, que atingiu em 2003, 15% da população infantil. Em 2005, 250 foram classificadas como desnutridas (FUNASA, 2005) e, em 2007, nas aldeias Jaguapiru e Bororó, de Dourados, cerca de 200 sofriam com a doença. Além disso, entre 1985 e 2000, aproximadamente 300 guaranis praticaram suicídio, em sua maioria *crianças* e adolescentes.

Era domingo, os pais tinham saído e enquanto a irmã Lourdes Escobar, foi lavar roupa, Fortunata (10 anos) enforcou-se com uma corda de couro retirada de uma bolsa e presa às vigas da casa. A irmã foi encontrada chorando a seus pés. O primeiro suicídio de 1996 também foi de uma menina de 10 anos, na aldeia de Panambizinho, no município de Dourados. Deliane da Silva bebeu agrotóxico. Ninguém soube informar a razão do suicídio, nem seus pais, Cleonice e José Assis. Mais de 20% dos suicídios em 1995 envolveram *crianças* de até 14 anos (RIPPER, s.d, grifos nossos).

Devido à “contingência histórica” relatada, os indígenas foram impulsionados à inserção no trabalho nas usinas, nas lavouras e nas extrações de ervais. Nessa última atividade, os Caiwás vivenciaram situações trabalhistas similares ao sistema da escravidão por dívida. Atualmente, o aproveitamento da mão-de-obra indígena “ociosa” é utilizado como o argumento de defesa para a implan-

tação das usinas de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, que alardeia os “benefícios” trabalhistas que proporcionarão às referidas comunidades.

## A construção social das infâncias de crianças erveiras

No antigo Mato Grosso, a inserção das famílias na exploração dos ervais foi impulsionada pela intervenção da Companhia Matte Laranjeira<sup>7</sup>. A empresa, uma das promotoras do monopólio agrário da região, dominou a exploração da erva-mate com a anuência do governo, a partir de 1882, que lhe concedia isenção de impostos e o direito de manter uma política particular. A *Matte* subsidiava empréstimos ao estado e interferia nas decisões políticas. Controlava a distribuição da pequena propriedade e monopolizava a exploração dos ervais. Chegou a gerir, no ano de 1922, uma receita bruta superior cinco vezes à arrecadação oficial.

As relações de poder permitiam que a *Matte* decidisse sobre as questões agrárias da região. Mantinha o monopólio das terras impedindo que os pequenos proprietários conquistassem sua independência. Tal política (‘espaços vazios’) favorecia a contratação de mão-de-obra expropriada (paraguaia, indígena e gaúcha) para sustentar sua produção, concentrada em 5.000.000 hectares de terras devolutas, revelando, segundo Souza (1992) uma indissociação entre o público e o privado.

De acordo com Farias (2002, p. 32), a Empresa, norteadada pelo princípio da acumulação primitiva do capitalismo, sem fronteiras étnicas, culturais e geográficas, subjugava as famílias erveiras “(...) na vida social, visível, invisível e simbólica estendendo-se, ainda, a outras dimensões da vida, calando vozes, apagando lembranças e, principalmente, rompendo laços de solidariedade, de cultura e de experiências de cada sujeito social”. A exploração enriquecia os sócios brasileiros, beneficiados com a situação do pós-guerra (FABRINI, 1996).

Todas essas relações de poder interferiram na vida das *crianças*, cujas *infâncias* foram delineadas pelo trabalho no carregamento dos feixes, na colheita, no

---

<sup>7</sup> Tomaz Laranjeira, seu fundador, era membro da comissão que decidia sobre os limites entre Brasil e Paraguai. Vislumbrou lucros na possibilidade de exploração dos extensos ervais ao sul do Estado e associou-se, no ano de 1894, a uma tradicional família de políticos da província.

armazenamento e na secagem da erva. As *crianças* do mundo dos ervais podiam ser visualizadas na figura de pequenos seres humanos desnutridos, distantes da escola, que enfrentavam jornadas de trabalho sob o sol quente. Elas viviam em condições degradantes, incluindo-se as de trabalho, alimentação e moradia. Sofriam com problemas respiratórios pela exposição excessiva aos fornos. Muitas meninas tiveram seus valores humanos alterados, valorizadas como moeda de troca que saldava as dívidas contraídas pelos trabalhadores (BIANCHINI, 2000).

Em tempos recentes, a extração da erva no Mato Grosso do Sul incluiu a mão-de-obra de filhos e filhas de desempregados. O trabalho infantil é uma alternativa barata, proliferado pela ausência de mecanismos legais para proteção. Além da fadiga constante e dos problemas de saúde, os pequenos aliciados cumprem duras jornadas diárias longe da escola, se dedicando ao cuidado dos irmãos e da casa. Sr. Osvaldo, assentado no Projeto Nova Alvorada do Sul vivenciou essa situação em sua infância:

Quando a mandioca ficou velha e (*como*) não tinha farinha, nós entrávamos no mato para sobreviver cortando erva. (...) nós inventamos de trabalhar igual aos paraguaios: enrolar os pés até aqui de borracha, dentro de um sapatão. Usava botina, e saía pelo mundo: uns com facão, outros com uma foice tirando erva do meio do mato (depoimento, 2006).

## As infâncias vividas por crianças bóias-frias

Além da extração da erva-mate, muitos filhos e filhas de trabalhadores sulmato-grossenses tiveram suas *infâncias* condicionadas pela exploração da monocultura da soja na região, atuando como bóias-frias nas grandes propriedades. Essa atividade se infiltrou no estado, primeiramente, como conseqüência das negociatas das elites para a concentração de terra, empregando famílias que sobreviviam em pequenas áreas cultiváveis e contratando trabalhadores - oriundos de São Paulo, Paraná e da Região Nordeste - que esperavam adquirir terras devolutas.

Na seqüência histórica, o aparecimento dessa atividade sustentou a produção agropecuária, empregando gaúchos fugitivos da escassez de terras no Rio Grande do Sul (MARTINS, 1991). De 1950 a 1969, incluiu a contratação dos trabalhadores brasileiros que retornaram do Paraguai, frustrados com “a sorte da

terra” naquele país, os denominados “brasiguaios”<sup>8</sup>. De volta à terra natal, essas famílias buscavam nova oportunidade. Entre as dificuldades para sobrevivência, almejavam minimizar os problemas de adaptação de seus filhos no Paraguai com a escola e com a língua. Retornando ao Brasil, e atuando como bóias-frias, se configuraram como a primeira organização de sem-terra do estado (JESUS, 2000).

Nos anos de 1960, a atividade bóia-fria no antigo Mato Grosso foi movida pela política irregular de compra e venda de terras, pelo estímulo à grilagem de áreas devolutas (de indígenas) e pelas ações de posseiros. Nas décadas de 1970 e 1980, ela foi o paliativo adotado pelos camponeses que perderam suas propriedades por terem sido excluídos das ações governamentais para modernização da agricultura - restritas aos interesses dos exportadores e do Pró-Álcool (QUEIROZ, 1995). Como resultado, a concentração de terra se ampliou e os pequenos produtores foram inseridos ao trabalho esporádico e assalariado. Essa condição de vida interferia na vida das crianças de muitas formas. Algumas, quando eram maiores, trabalhavam com os adultos. Outras, privados dos momentos de brincar, acompanhavam a rotina dos pais, como ocorreu com Adriano, na época com 01 ano de idade:

Nós pegávamos empreita de quebrar milho. Eu ia, mais o meu menino de um aninho. Deixava embaixo de uma árvore, levava bolacha, levava as coisas para ele. Deixava ele lá e ia ajudar meu marido. (...) Tinha que enrolar as pernas até aqui e esse menino mais novo meu, (...) (deixava) em cima de uma carroça com animal, enquanto eu e meu marido quebrávamos milho (Fátima-Assentamento Nova Alvorada do Sul, 2006).

No mundo bóia-fria, as relações de poder naturalizavam a exploração de crianças mais velhas, em até 12 horas diárias de trabalhos, lhes pagando R\$ 0,20 por quilo da semente de branqueária colhido (CNBB, s.d). Muitas tiveram suas *infâncias* condicionadas pelo trabalho difícil, sem descanso e sem escolas. Cresceram acompanhadas da ideologia de que a terra é um sinal de poder daqueles que são ricos ou daqueles que são ‘capazes’ de nela sobreviver com dignidade (MARTINS, 1991, 1999), ilustrada na infância de Antonio, atualmente filho de assentado no PANA:

---

<sup>8</sup> Voltaram ao Brasil impulsionados pela mecanização da agricultura no Paraguai, por ações de grileiros e por empecilhos com o registro das terras, além da corrupção.

Meu irmão (02 anos) e eu (04 anos) fazíamos a colheita com o pai. Eu tinha um saco de sal amarrado na cintura, pra colocar o feijão (...) porque a gente era pequenininho e o saquinho de sal dava no tamanho da gente, era curtinho. A gente pegava uma ruinha de feijão e sumia (...). Quando meu irmão ficava para trás, o pai arrancava um pé de caruru, ( ) e metia o caruru no meu irmãozinho ( ) Minha infância foi terrível, foi um horror. Eu não tive infância (2006).

Muitos meninos e meninas acompanharam suas famílias bóias-frias nos “contratos” de aliciadores (*gatos*). O valor recebido como adiantamento era gradativamente descontado de um salário propositadamente insuficiente para cobrir as altas dívidas que abarcavam despesas com alimentação, ferramentas, vestuários e multas. Por conta dessa condição, os filhos dos bóias-frias acabavam vulneráveis vítimas do sistema: eram privados da presença paterna, recebiam a dívida dos pais como herança, eram incluídos no ritmo de trabalho em condições desumanas e eram empenhados para pagamento de empréstimos, obrigados a viver como escravos (ESTERCI, 1999).

Incluídos entre os encargos dos bóias-frias, o trabalho nas plantações e nas usinas da cana-de-açúcar adotou características do sistema de escravidão por dívida. Nessa realidade, os filhos e filhas de indígenas e de migrantes foram incluídos na luta diária pela sobrevivência. A fim de trabalhar, eram transportados em caminhões boiadeiros, rumo a uma jornada de 14 horas de labor. As precárias condições que encontravam nas fazendas contratantes os transformaram em vítimas pelos acidentes e pelo transporte irregular. Sofriam com as mutilações, com as mortes e com os envenenamentos.

No Mato Grosso do Sul, crianças brancas e indígenas, menores e 14 anos, colhiam restos de cana sob a luz de velas ou de tratores. O combate a esse tipo de exploração foi prejudicado pela influência política de empresários que financiavam deputados, pela hostilidade dos proprietários/ aliciadores e pelas ameaças impostas aos trabalhadores.

Na região do cone-sul do estado, especificamente no município de Nova Alvorada do Sul, os lucros oriundos da extinta *Destilaria Rio Brillhante* retratam o cotidiano de algumas *crianças* da década de 1980. A viabilidade da sua produção era garantida pela opressão a seres humanos desprovidos da terra de trabalho e que dela foram expulsos pelas dificuldades econômicas, pelas ações de grileiros, pela violência ou pela legislação inoperante. Durante muito tempo, as

famílias bóias-frias que ali trabalhavam (mineiras, alagoanas e indígenas) viveram sob barracos de lona em condições precárias. Contudo, uma tragédia envolvendo duas crianças desencadeou o processo de reorganização estrutural do imóvel. A primeira delas foi “engolida” pelo “sangue” eliminado durante o processo da extração da cana e a outra foi morta sob o incêndio da morada de plástico que a “protegia”, como conta Dona Maria, uma assentada da reforma agrária:

Eles estavam brincando no meio das mamonas, quintal sujo, aquele rio de vinhaça, céu aberto... Fervendo... Daqui para baixo ficou sem osso (as pernas), da química. É uma fermentação tão grande naquela garapa que (...) corta igual soda. Como o menino caiu, acabou as perninhas dele, ficou só os ossos, sabe? Aí, ele voltou morto, assim, sabe? Todo enfaixado.

Na Usina morreu um menininho queimado num barraco. O barraco pegou fogo e ele ficou desse tamanhozinho aqui. O carvãozinho dele foi enterrado dentro de uma caixinha de sapato.

Dessa maneira o “tempo de infância” de duas crianças foram interrompidas e impuseram à *Usina Rio Brilhante* prazo de noventa dias para a construção de uma vila segura para abrigar os trabalhadores. Entre muitos fatores, essa catástrofe está relacionada ao trabalho volante ausente de fiscalização, que favorece a redução de custos das empresas capitalistas mediante a exploração. Por isso, o cumprimento da medida judicial pela Usina não intencionava preservar a vida de outras crianças ou a de seus pais, ‘sujeitos passíveis de opressão’; apenas almejava evitar o recebimento de punições financeiras.

A situação de exploração nos canaviais do estado do Mato Grosso do Sul ainda existe. É uma realidade na qual a criança, um empregado não rentável, não é remunerada. Sua presença é imprescindível, pois complementa a produção familiar. Em algumas regiões do Brasil, esse sistema é denominado ‘pirulito’ (“baião-de-dois”), pois permite que o trabalho executado por “mulheres e por homens fracos” atinja a produção mínima exigida (SILVA, M., 1999).

Os anseios “consumistas” das crianças bóias-frias se resumem a livrarem-se do trabalho, a ter uma casa com comida, à possibilidade de poder freqüentar uma escola e de possuir assistência à saúde. Seus encargos impedem a realização das mais simples brincadeiras, já que o trabalho “(...) é dominante nessas cabecinhas (...)” (MARANHÃO, 2006, p. 20). Por isso,

A alegria da brincadeira como exceção circunstancial é que define para as crianças desses lugares a infância como um intervalo no dia e não como um período peculiar da vida, de fantasia, jogo e brinquedo, de amadurecimento. Primeiro trabalham, depois vão à escola e depois brincam, no fim do dia, na boca da noite. A infância é resíduo de um tempo que está acabando (MARTINS, 1991 p.67).

## A infância vivida por crianças carvoeiras

Outra perversidade que afeta a *infância* das crianças no estado do Mato Grosso do Sul é o trabalho executado nas carvoarias. No ano de 1996, essa atividade era tão preocupante que foi abarcada pelo *Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil* (OIT), visando à proteção de 1500 menores atingidos pela exploração, pobreza e exclusão social.

Edson Pereira dos Reis tem oito anos e seu sonho é jogar futebol. Um sonho que tem poucas chances de se tomar realidade. Analfabeto, ele trabalha com o pai na fazenda Financial, de propriedade da Carvão Tocantins Sul Ltda, no Mato Grosso do Sul. Edson sabe carregar forno, tocar fogo, descarregar, pegar no garfo, pegar na esteira. Não ganha nada por isso (...) Ebson Castilho, de 5 anos, também é carvoeiro e, como Edson, nada recebe. Ele diz que quando crescer quer sair da carvoaria, porque no carvão não se vê nada. Os pais, Antônio e Sueli, também querem sair, mas não podem fazer isso enquanto não pagarem a dívida de 700 reais que têm com o patrão, por despesas com comida (JORNAL DO SINTEL, s.d).

A extração do carvão foi introduzida no antigo Mato Grosso, no ano de 1974, como estratégia para remediar o fracasso de dois projetos federais que almejavam integrar a região ao restante do país. Essa foi uma ação do Governo Brasileiro para alavancar seu desenvolvimento industrial, eliminar as desigualdades regionais e proporcionar desenvolvimento por meio da geração de empregos.

O *Projeto Maciço Florestal* intencionava que a madeira explorada no cerrado mato-grossense suprisse a demanda das regiões sul e sudeste do Brasil. Para isso, delimitou uma área de 500 mil hectares no município de Ribas do Rio Pardo para o plantio do eucalipto que fabricaria a celulose. Contudo, tal empreendimento foi inviabilizado pela crise do petróleo e impediu a instalação das fábricas. Para reduzir os prejuízos, como paliativo, os investidores (reflorestadoras,

proprietários das terras e as abastecedoras das siderúrgicas mineiras) passaram a explorar a floresta abandonada e inauguraram as primeiras empresas de carvão da região, que se consolidaram pela sua rentabilidade: facilidades para o reflorestamento, exigências mínimas de tecnologia, mão-de-obra barata e escrava e ausência de controle fiscal/ambiental.

No Mato Grosso do Sul, essa atividade - que fornece energia subtraindo a energia de *crianças* (OIT, 2001) - chegou a ser explorada na condição de semi-escravidão. A exploração sobrevive à custa do sacrifício das *infâncias* de muitos meninos e meninas. Os maiores se transformaram em pequenos trabalhadores braçais: ajudam no carregamento e no processo de retirada do carvão quente. Com péssimas condições de trabalho e moradia, alimentam os fornos e armazenam o produto. Enfrentam problemas respiratórios, perda gradativa da visão, doenças músculo-esqueléticas, sensibilidade cutânea e acidentes de trabalho. Fora das salas de aula, vivem "(...) uma vida de migração com as famílias, numa rotina quase que escrava" (V.V. A. A, 1999, p. 221). A exposição a bruscas temperaturas e à fumaça, a jornada excessiva, o trabalho noturno, a falta de proteção e de descanso são os fatores que condicionam suas vidas:

O cenário de uma carvoaria é medonho. O calor dos fornos chega a mais de 40 graus, a fumaça asfixia e a poeira do carvão entra pelos poros e narinas. Um trabalhador fica em média 10 horas por dia abastecendo, retirando ou colocando fogo nos fornos. À noite, na hora que seria a do descanso, a família é obrigada a vigiar cada forno para evitar o risco de uma explosão. As crianças trabalham como adultos, envelhecem antes do tempo, não tem brinquedos e a maioria nunca foi à escola (JORNAL DO SINTEL, s.d).

Liana, 15 anos - é carvoeira do Mato Grosso do Sul, como 2.500 outras crianças do mesmo Estado. Frequentou a escola durante três anos, sabe "desenhar" o nome, mas não sabe ler. Reclama de problemas respiratórios. A jornada de trabalho começa às 5 da manhã e vai até às 18 horas, às vezes, prosseguindo noite adentro. Não ganha salário. Ajuda a aumentar a produção da família (MARANHÃO, 1996).

## A infância vivida por crianças acampadas

Mas, apesar da realidade descrita acima ser revoltante e de impor um crédito na possibilidade de alterações do contexto social, existem modelos de

luta que têm permitido a criação de possibilidades de resistência, desencadeando a luta pela reconfiguração de outras *infâncias*: a *infância sem-terra* que se articula para se transformar em *infância com-terra*. Esses embates contam com o apoio de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Para conquistar uma terra de trabalho, juntamente com as famílias, as “*crianças da lona*” vivenciam os percalços da vida à beira do asfalto. Quando ingressam na luta travada pelos movimentos sociais, carregam consigo as marcas da construção histórica dos períodos anteriormente relatados. A perspectiva de ser “patrão de si mesma” e a busca pela “terra prometida” são anseios apropriados do legado que lhes foi deixado: a carência de emprego, a exploração e a frustração com a sobrevivência nas cidades. Lutando pela reforma agrária, elas representam simbolicamente os anseios infantis de todos os excluídos nesse país desde sua fase colonial. De certa forma, ao buscar a retomada da terra (ou a conquista dela), exigem o resgate dos direitos que foram negados a todos os meninos e meninas *bóias-frias*, *erveiros*, *carvoeiros* e tentam alterar a realidade desse grupo etário que muito é afetado pelas consequências da desigual distribuição de terras no Brasil.

No tempo da lona, a *luta pela terra*, o *trabalho* para outrem e as *brincadeiras* são as atividades que, geralmente opostas, se infiltram com características particulares nos cotidianos das crianças e dos jovens. Imagens fotográficas e a memória de atores que foram acampados revelam sua presença em diversos espaços. Nos anos de 1990, por exemplo, nos momentos de embate, os meninos e meninas do Acampamento 08 de Março (Itaquiraí- MS) consolidavam estrategicamente uma comissão de apoio que, exibindo mensagens de protesto, protegia a manifestação do grupo adulto. Elas “(...) saíam com a bandeira do MST correndo. Eram as primeiras a chegar. Não tinham medo” (Nice, referindo ao acampamento do Guaçu- Itaquiraí, 2007).

Por tudo isso, lutando contra a ideologia dominante, elas enfrentaram novas formas de preconceito. No município de Nova Alvorada do Sul (MS), na década de 1990, os estudantes sem-terra da Escola do Ipezal eram discriminados.

A gente saía da escola todo dia e os colegas gritavam: ‘olha os sem-terra, olha os sem-terra!’ Por causa disso, a gente provocava também e dizia: ‘Olha os sem-nada, olha os sem-nada!’ (Kelly, sobre o acampamento PANA, 2005).

Tal ideologia era compartilhada e reforçada pela prefeitura municipal, que lhes destinava o caminhão do lixo para transporte, impondo-lhes situações de risco:

O caminhão de lixo quase tombou. Foi um pampeiro, um gritava por Deus. Quando parou, que fez aquele (movimento) para lá, para cá, todo (mundo) parou lá dentro, não caiu ninguém. Tinha bastante (aluno) (Rubens, ex- aluno do Acampamento PANA, 2005).

Com doze anos comecei a estudar no Ipezal em uma camionete que puxava lixo, uma D10, fez uns banquinhos e colocou uma capota. A gente saía do acampamento para estudar lá no Ipezal à noite. A gente saía cinco e meia, seis horas e voltava meia noite, meia noite e meia (...). Quando eram três horas da manhã a gente acordava e ia para a roça. Quando não era algodão, era arrancar feijão, catar broto para não bater nas máquinas. E foi praticamente o ano inteirinho. Estudando e trabalhando quase sempre, quando tinha serviço a gente ia direto (Antonio, aluno do Acampamento PANA, 2005).

Além disso, viajando nos ônibus escolares, nos dias de chuva os estudantes acampados eram “esquecidos pelo motorista”. Algumas vezes foram obrigados a viajar acomodados “(...) na caixa quente do motor” (professora Aparecida-Assentamento PANA, depoimento, 2005). Para alguns, essas dificuldades refletiram na construção de uma parca auto-estima, afastando o sonho da escola.

O preconceito oriundo dos estudantes “sem-nada” e dos motoristas revela ideologias preconceituosas apropriados da mídia, dos patrões latifundiários, dos políticos, dos adultos e do desconhecimento das causas históricas. As crianças da lona eram alvo de *seres humanos igualmente expropriados*, que, contudo, consideravam-se superiores por serem filhos de assalariados. Desconheciam que, assim como os sem-terra, elas não possuíam um lugar para morar e que também vagavam de um lugar a outro na busca de serviços esporádicos. Somente eram ‘consideradas cidadãs’ porque não causavam “transtornos” à sociedade reivindicando seus direitos.

Lutando pela terra, a vontade de conquistar um lote impõe às crianças da lona a presença de situações nunca imaginadas por *crianças* de outras realidades: o enfrentamento do frio, da fome, do cansaço e as batalhas com os latifundiários.

Lembro das lonas, dos ventos, mas era vento! Segurava num canto, segurava no outro... Quando estava frio tinha que botar um capotão por que senão,

acho que o sereno, n/e ? A lona ficava toda molhada e pingando na gente. Isso que eu lembro: do vento. Teve uma vez, véspera de eleição, que eu segurei num canto e minha mãe no outro, tudo chorando. Sumiu roupa que nós nunca achamos (Momentos da infância de Kelly no acampamento).

O trabalho efetivado nas fazendas próximas do acampamento (não revelado pela mídia) ensina-lhes a necessidade de sobrevivência e promove a internalização precoce da responsabilidade adulta. Por ele, muitas negligenciam suas necessidades: dormir, brincar, descansar, estudar e até de poder optar por “colaborar” com os pais nas atividades bóias-frias nas fazendas próximas aos acampamentos.

Fomos muito massacrados pelos fazendeiros. Eu chorei bastante. Eu pensava que eu não ia mais ver meu pai. Lembro tudinho. Clareava tudo nos barracos (tiros de espingarda). Estava no barraco mais meu pai. Ficava tudo no chão (protegidos) porque, assim, se eles metessem bala seria tudo mais por cima. Deitava tudo no chão (Momentos da infância de Alcione no acampamento).

Em algumas situações, além de ficarem adultas precocemente, elas sofrem com as sequelas trazidas pela necessidade do trabalho, em uma etapa, que, segundo SILVA, M. (1999) seus corpos acabam divididos entre o mercado produtivo e em corpo brincante. Além disso, o labor extenuante compromete seu desenvolvimento intelectual, pois são impedidas de freqüentar a escola para se apropriar dos conhecimentos sistematizados.

É interessante salientar que, enquanto trabalham ou lutam pela conquista da terra, os pequenos sem-terra, em determinados momentos, resgatam sua “condição de criança”. Mesmo efetuando as atividades e os papéis dos adultos, eles “burlam” sua realidade. E, algumas vezes, são criticados pelos pais, que os caracterizam como irresponsáveis, imaturos, e “infantis”... Eles ignoram que essa é uma capacidade que seus filhos possuem, denominada pela Sociologia da Infância de *transposição emocional*, que permite que eles transponham as atividades reais “(...) para o prazer de brincar no mundo que é de faz-de-conta, mas que é levado totalmente a sério” (SARMENTO, s.d, p. 15).

Além de trabalhar, as crianças acampadas brincam, andam de bicicleta, jogam bola, conversam. No tempo da lona, muitas atividades oferecem importantes oportunidades para que elas possam experienciar o mundo longínquo de seu domínio, como as situações imaginárias, que, contém regras sociais de comportamento que permitem que elas pensem sobre sua posição no

mundo social, que ajam como lutadoras. Também estudam, acompanham a rotina dos adultos no trabalho sazonal, nas reuniões do movimento social, no planejamento e na execução de situações estratégicas que permitirão a conquista da terra prometida. De forma específica, ensaiam seus futuros papéis e valores na terra, espelham-se nas observações e nos ensinamentos dos mais experientes.

O brincar (ou a distração nos momentos de trabalho) é realizado pelas crianças de maneira particular (vinculado às suas condições, valores etc.) e, ao mesmo tempo, comum (todas elas experienciam dificuldades desencadeadas pela desigual questão agrária). Mas, isso não é um déficit, é uma atividade inerente a todo ser humano, que, no caso delas, é realizada de forma séria, com linguagens e competências específicas que lhes permitem explorar o mundo. É um processo que permite que enfrentem situações difíceis. Brincando, as crianças conseguem transportar “(...) o peso da sociedade que os adultos lhes legam, mas fazem-no com leveza da renovação e o sentido de que tudo é de novo possível” (SARMENTO, 2003, p. 10).

## Considerações Finais

Observa-se que a divisão territorial delineada no estado do Mato Grosso do Sul trouxe sérias conseqüências à vida das *crianças*, condicionadas por interesses e necessidades estabelecidos pelos adultos. Suas políticas de colonização, as de agricultura e, atualmente, as usinas de cana-de-açúcar, apesar de não considerarem suas particularidades, lhes imputaram situações análogas, como a migração e o trabalho. Como conseqüência, suas *infâncias* assumem características distintas da etapa ideal definida pela sociedade: *uma fase da vida na qual a criança estuda, brinca, não se envolve com problemas e que tem respeitadas as suas fases de crescimento*. As *infâncias* vividas por filhos (as) das famílias desprovidas da terra de trabalho foram (e ainda são) mediadas pelas condições objetivas que a *terra* lhes proporcionou ou que lhes negou, “neutralizando” suas etapas “naturais” de viver como uma criança.

Os problemas agrários no estado marcaram drasticamente suas vidas devendo ser evidenciados como conseqüência de um processo que privilegiou uma minoria dominante por meio de relações de poder, favorecimentos polí-

ticos, violência e situação econômica. As grandes propriedades foram deixadas como herança à infância da classe dominante, favorecendo o “aproveitamento” da mão-de-obra desfavorecida como força de trabalho. Essa prática se mantém devido à inexistência de trabalho familiar no campo, gerada pelo sistema latifundiário que não mede esforços para beneficiar-se da população desprotegida.

No campo brasileiro o trabalho infantil é aceito por empresários e por famílias. Os primeiros “apreciam” a contratação de crianças pela sua condição de explorado (submissão, baixos salários, disciplina, ausência de benefícios, proteção e sindicalização). Valorizam suas “(...) mãos ágeis, corpo obediente e pouco exigente (...)” (RIZZINI, 1999, p. 388). Já, as famílias são motivadas pela pobreza. Quanto mais carência, maiores os índices dessa situação.

Todo esse contexto é fortalecido pela inércia na implantação e elaboração de políticas públicas que focalizem as questões sociais, objetivando questionar e alterar os níveis de concentração de terras. Isso invalida o status do estado do Mato Grosso do Sul de ser o maior criador bovino e de estar em quarto lugar entre os maiores produtores de soja do país, na medida em que suas crianças ainda são vitimadas pela fome, pela falta de perspectiva e são obrigadas ao continuísmo do trabalho volante.

Apesar das dificuldades elencadas, os meninos e meninas que sofrem as conseqüências pela falta da terra não devem ter sua diferença caracterizada pela ausência ou pela incompletude, como às vezes alardeiam as comparações. A luta pela terra propicia o seu contato com a perseverança e com a coragem. Eles experenciam aprendizagens positivas: tornam-se autônomos em relação à sua sobrevivência, alcançam liberdade e instâncias de decisão pessoal, aprendem um ofício, não são infantilizados pelos adultos, desenvolvem habilidades lingüísticas/lógico-matemáticas e participam de discussões sobre a situação do nosso país, apropriando-se de conceitos pouco veiculados nos meios favorecidos.

As crianças sem-terra possuem características próprias, que, somadas à sua classe social, cultura, gênero e etnia resultam em infinitas e importantes capacidades. São atores ativos que tiveram suas vidas determinadas pela falta da oportunidade de trabalho em uma terra familiar, mas que se são capazes de se opor à “herança” recebida. Isso as torna seres humanos que possuem natureza

ativa e na especificidade em sua geração. Suas histórias de vida realçam (...) a sua diferença como categoria geracional distinta, nos planos estrutural e simbólico (SARMENTO, 2000, p. 08).

---

**Resumo:** O presente artigo contempla parte dos resultados de pesquisas realizadas no âmbito da reforma agrária brasileira. Desoculta as conseqüências que a desigual distribuição de terras efetivada no estado do Mato Grosso do Sul gerou para as *infâncias* vividas por filhas/filhos de trabalhadores sem-terra. A relação estabelecida entre a carência da terra de trabalho e o delineamento de diferentes *infâncias* foi sistematizada por meio de um resgate bibliográfico e da História Oral de vida de sujeitos que foram assentados pela reforma agrária. Como resultado, revela como uma estrutura calcada em bases latifundiárias condicionou a vida de crianças indígenas, erveiras, carvoeiras e bóias-frias residentes em um estado cujas áreas particulares delineiam-se com proporções vezes superiores às da média nacional.

**Palavras-chaves:** crianças- reforma agrária- trabalho infantil.

**Abstract:** The present article contemplates part of the results of researchS carried out among the agrarian reform reality. It argues the consequences that the different land distribution accomplished in the Mato Grosso do Sul generated for infancies lived for children/children of workers. The established relation enters the lack of the work land and the delineation of different infancies was systemize by means of a bibliographical rescue and of the Verbal History of life of subjects that were settled by the agrarian reform. As result, it discloses as a latifundium structure conditioned the life children and residents in a state whose particular areas delineate with ratio superior times to the ones of the national average.

**Keywords:** children- agrarian reform- infantile work.

## Referências

ALMEIDA, Rosemeire. *A (re) criação do campesinato: identidade e distinção nos campos sul-mato-grossenses*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, São Paulo.

BIANCHINI, Odaléia da Conceição Deniz. *A Companhia Mate Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande (MS): Editora UFMS, 2000.

BORGES, Maria Stela Lemos. Violência e peonagem em Mato Grosso do Sul: o legado da região de Três Lagoas. In: VI Encontro de História do MS. História, memória e identidades. Anais. Dourados (MS): ANPHU, 2002, p. 113-29.

CNBB. Reforma Agrária: compromisso de todos. In: <http://www.cnbb.org.br/estudos/conflica2.html>. Acesso em 26.02.2005, s.d.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Criança indígena é mais discriminada*. In: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 01.07.2007, 2004.

- DUTRA, Cícero Alberto dos Santos. Ofaié. Morte e vida de um povo. In: *Instituto Histórico e geográfico de MS*. Campo Grande, 1996, p. 28-72.
- ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In: VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: CPT/Loyola, 1999, p. 101-125.
- FABRINI, João Edmilson. *A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul e o sem-terra*. O caso Itaquiraí. 1996. Dissertação. Universidade do Estado de São Paulo, Pres. Prudente, São Paulo.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado de São Paulo: Araraquara, São Paulo.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FUNASA. *Esclarecimento sobre óbito de criança indígena em Dourados (MS)*, 2005. In: <http://www.funasa.gov.br>. Acesso em 12.07.2007.
- GONZÁLES, Elbio N.; BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: PINNSKI, Jaime. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 25-48.
- GOVERNO DE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Núcleo de Educação escolar Indígena. *Escolas das aldeias Bodoquena e Campina - Bodoquena*. Relatos e fatos Kadiwéu. Campo Grande, 1996.
- JESUS, Valdirene Gomes dos Santos de. *Educação Rural de MS: uma análise histórica*. 2002. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Carlos, São Carlos (SP).
- JORNAL DO SINTEL. *Trabalho*. Moderna escravidão. In: <http://www.sinttelrio.org.br/01escrav.htm>. Acesso em 02.03.2005.
- MACIEL, Nely Fátima de. A luta pela terra entre os índios Kaiowá e os colonos no Distrito de Panambi, município de Dourados, Mato Grosso do Sul. In: VII Encontro de história de Mato Grosso do Sul. *Anais*. Campo Grande, 2004, CD room.
- MARANHÃO, Malu. Crianças do campo - do Berço para o batente. In: *Revista Sem fronteira*, n. 247 – Dez, 1996, p. 20. Disponível em: <http://ospiti.peacelink.it/zumbi/news/semfro/sf1996.html>. Acesso em 21 jan. 2005.
- MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos. A criança na luta pela terra e pela vida. In: \_\_\_\_\_. *O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 51-80.
- MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: CPT/Loyola, 1999, p. 127-164.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO INFANTIL. *Boas Práticas de combate ao trabalho infantil*. Os 10 anos do IPEC no Brasil. Brasília: OIT, 2003.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO INFANTIL. *Combatendo o trabalho infantil*. Guia para educadores. IPEC, Brasília: OIT, 2001.
- PEREIRA, Altamira. *A combinação do arcaico e do moderno na reprodução do capital: A exploração do trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo/MS*. Disponível em: [http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1\\_145.htm](http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/E1_145.htm). Acesso 02 mar 2004.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel.; SARMENTO, Manuel Jacinto (Coord). *As crianças*. Contextos e identidades. Centro de Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho, 1997, p. 32-67.

PROJETO BRASIL URGENTE. *Bandeirantes heróis ou vilões*. Disponível em: [http://www.expo500anos.com.br/painel\\_32.html](http://www.expo500anos.com.br/painel_32.html). Acesso em 25 fev. 2005.

QUEIROZ. Paulo Roberto Cimo. Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1975. In: *Revista da Geografia*. Campo Grande-MS, n. 08, p. 33-40, 1995.

QVORTRUP, Jens. Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, Pia.; JAMES, Allison. *Investigação com crianças. Perspectivas e práticas*. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005, p. 73-96.

RIBEIRO, Adriane S. et al. *O agronegócio da erva-mate: um grande potencial sul-mato-grossense a ser explorado*. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Agronegocios/AGRO01>. Acesso em 21 abr. 2004.

RIPPER, J.R. *Guaranis*. Miséria e morte de um povo. Disponível em: <http://www.sinttelrio.org.br/05indios.htm>. Acesso em 25 fev. 2005.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary. Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 376- 406.

SARMENTO, Manoel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: ----.; CERISARA, Beatriz (Orgs). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas*. Porto: Asa, 2003, p. 09-34.

SARMENTO, Manoel Jacinto. \_\_\_\_\_. Imaginário e culturas da infância. s.d. Disponível em: <http://www.old.iec.uminho.pt/promato/textos/ImaCultInfancia.pdf>. Acesso em 15 jan. 2006.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *A luta pela terra*. Experiência e memória. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2004.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Cláudio freire. *A terra e o homem*. A luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul. 1992. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: CPT/Loyola, 1999.

Recebido em Abril de 2009

Aprovado em Maio de 2009

Ensaio

---

